



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

23/02/2016 ATÉ 23/02/2016



INDÍCE

1	AÇÕES TJMA	
	1.1 O IMPARCIAL ONLINE.....	1
2	CASAMENTO COMUNITÁRIO	
	2.1 IMIRANTE.COM.....	2
3	DECISÕES	
	3.1 BLOG DANIEL MATOS.....	3
	3.2 BLOG DO DJALMA RODRIGUES.....	4
	3.3 BLOG DO NETO FERREIRA	5
	3.4 BLOG DOMINGOS COSTA.....	6
	3.5 BLOG GILBERTO LIMA.....	7
	3.6 BLOG LUÍS PABLO.....	8
	3.7 IMIRANTE.COM.....	9
4	JUIZES	
	4.1 BLOG AQUILES EMIR.....	10
5	PRESIDÊNCIA	
	5.1 BLOG JORGE ARAGÃO.....	11
	5.2 BLOG LUÍS CARDOSO.....	12 13
	5.3 O IMPARCIAL ONLINE.....	14
6	SERVENCIAS EXTRAJUDICIAIS	
	6.1 BLOG GILBERTO LIMA.....	15
	6.2 BLOG LUÍS CARDOSO.....	16
	6.3 BLOG LUÍS PABLO.....	17
	6.4 BLOG MARCELO VIEIRA.....	18
	6.5 IMIRANTE.COM.....	19

GIRO ECONÔMICO

Transformação - De fevereiro a maio deste ano, o projeto "Ler, Escrever e Pensar - Conscientizar para Transformar" vai instigar alunos da rede pública de ensino de João Lisboa a desenvolver o pensamento crítico sobre o papel do indivíduo como instrumento de transformação social, utilizando como apoio pedagógico o livro "O Nobre Deputado", obra do juiz Marlon Reis. A solenidade de lançamento do projeto será nesta terça-feira (23), às 9 horas, no Ginásio de Esportes Nicolau Dino, em João Lisboa (MA).

TJ revoga habeas corpus em favor de Pacovan e agiota voltará para a cadeia

Em sessão da 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça, nesta segunda-feira, 22, foi deferido o pedido de reconsideração da decisão que concedeu liminar para libertar o acusado Josival Cavalcante da Silva, conhecido como Pacovan.

Ajuizada pela procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, a reconsideração da liminar vai restabelecer os efeitos da decisão do juízo de Bacabal que decretou a prisão preventiva de Pacovan até o julgamento definitivo do processo pela 3ª Câmara Criminal.

Josival Cavalcante da Silva e mais 16 pessoas foram denunciados pelo Ministério Público pela prática dos crimes de desvio de recursos públicos, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha. A prisão dele, em 18 de novembro de 2015, e de outros integrantes da organização foi determinada pela justiça da Comarca de Bacabal.

O acusado fora libertado após a concessão de um habeas corpus em seu favor pelo desembargador José de Ribamar Fróz Sobrinho, durante o plantão judicial do dia 31 de janeiro.

O relator do processo, desembargador José Bernardo Rodrigues, durante a sessão da 3ª Câmara, concordou com a manifestação do Ministério Público, que defendeu a revogação do habeas corpus, por considerar que a liminar concedida não se enquadrava entre os casos previstos cuja apreciação tivesse que ocorrer em plantão judicial.

Além disso, o desembargador declarou que foi "devidamente fundamentada a decisão que decretou a prisão preventiva (do acusado), além do que o mesmo demonstra comportamento incompatível com o tipo de benefício que pleiteia".

Comportamento incompatível

A tese do "comportamento incompatível" levantada pelo Ministério Público foi reforçada com a referência ao fato de que Pacovan, no dia 1º de fevereiro, um dia após ser beneficiado com o habeas corpus, foi abordado pela Polícia Militar, depois de ter ultrapassado em alta velocidade a barreira policial do bairro da Estiva, zona rural de São Luís.

Dentro do veículo estavam dois acompanhantes de Josival Cavalcante. Um deles - Thamerson Fontinele -, que portava uma pistola Taurus, foi preso por porte ilegal de arma. "O que se espera de alguém que esteja em liberdade provisória e sujeito à fiscalização das condições para manutenção do benefício era que, de pronto, recusasse a permanência do armamento no veículo", argumentou a procuradora-geral, Regina Rocha, no pedido de reconsideração.

Folha policial

Com extensa folha policial, além da prisão de 18 de novembro passado, em operação conjunta da Polícia Civil e do Ministério Público do Maranhão, por meio do Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (Gaeco), Pacovan já tinha outras passagens pela cadeia. Também foi denunciado por atividades criminosas junto a diversas prefeituras maranhenses, como São Mateus e Zé Doca.

Em 19 de novembro, teve prisão preventiva decretada e executada, nos autos de uma ação penal contra ele. Na ocasião, foram encontrados dois cheques da Prefeitura de São Mateus em sua residência, no valor de R\$ 106 mil cada um. Seriam garantia de uma dívida contraída pelo tesoureiro da prefeitura, Washington José de Oliveira Costa, também denunciado na ação penal. Neste caso, Pacovan teve a prisão preventiva revogada no dia 12 de dezembro, também em plantão judicial.

Quanto ao município de Zé Doca, o acusado foi alvo de prisão temporária decretada pelo desembargador Raimundo Nonato Magalhães Melo, executada em 5 de maio de 2015. As investigações tratavam de desvio de recursos públicos do município, tendo sido deferidas quebras de sigilo bancário e fiscal, bem como efetivados mandados de busca e apreensão. Também foram encontrados cheques da referida prefeitura em poder de Pacovan.

Fonte: Tribunal de Justiça do Maranhão

Agiota Pacovan volta para a cadeia

Em sessão da 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça, nesta segunda-feira (22) foi deferido o pedido de reconsideração da decisão que concedeu liminar para libertar o acusado Josival Cavalcante da Silva, conhecido como Pacovan. Em operação da Polícia Civil, ele foi preso no início da tarde desta terça (23).

Ajuizada pela procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, a reconsideração da liminar restabelece os efeitos da decisão do juízo de Bacabal que decretou a prisão preventiva de Pacovan até o julgamento definitivo do processo pela 3ª Câmara Criminal.

Josival Cavalcante da Silva e mais 16 pessoas foram denunciados pelo Ministério Público pela prática dos crimes de desvio de recursos públicos, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha. A prisão dele, em 18 de novembro de 2015, e de outros integrantes da organização foi determinada pela justiça da Comarca de Bacabal.

O acusado fora libertado após a concessão de um habeas corpus em seu favor pelo desembargador José de Ribamar Fróz Sobrinho, durante o plantão judicial do dia 31 de janeiro.

O relator do processo, desembargador José Bernardo Rodrigues, durante a sessão da 3ª Câmara, concordou com a manifestação do Ministério Público, que defendeu a revogação do habeas corpus, por considerar que a liminar concedida não se enquadrava entre os casos previstos cuja apreciação tivesse que ocorrer em plantão judicial.

Além disso, o desembargador declarou que foi "devidamente fundamentada a decisão que decretou a prisão preventiva (do acusado), além do que o mesmo demonstra comportamento incompatível com o tipo de benefício que pleiteia".

Comportamento incompatível

A tese do "comportamento incompatível" levantada pelo Ministério Público foi reforçada com a referência ao fato de que Pacovan, no dia 1º de fevereiro, um dia após ser beneficiado com o habeas corpus, foi abordado pela Polícia Militar, depois de ter ultrapassado em alta velocidade a barreira policial do bairro da Estiva, zona rural de São Luís.

Dentro do veículo estavam dois acompanhantes de Josival Cavalcante. Um deles - Thamerson Fontinele -, que portava uma pistola Taurus, foi preso por porte ilegal de arma. "O que se espera de alguém que esteja em liberdade provisória e sujeito à fiscalização das condições para manutenção do benefício era que, de pronto, recusasse a permanência do armamento no veículo", argumentou a procuradora-geral, Regina Rocha, no pedido de reconsideração.

Folha policial

Com extensa folha policial, além da prisão de 18 de novembro passado, em operação conjunta da Polícia Civil e do Ministério Público do Maranhão, por meio do Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (Gaeco), Pacovan já tinha outras passagens pela cadeia. Também foi denunciado por atividades criminosas junto a diversas prefeituras maranhenses, como São Mateus e Zé Doca.

Em 19 de novembro, teve prisão preventiva decretada e executada, nos autos de uma ação penal contra ele. Na ocasião, foram encontrados dois cheques da Prefeitura de São Mateus em sua residência, no valor de R\$ 106 mil cada um. Seriam garantia de uma dívida contraída pelo tesoureiro da prefeitura, Washington José de Oliveira Costa, também denunciado na ação penal. Neste caso, Pacovan teve a prisão preventiva revogada no dia 12 de dezembro, também em plantão judicial.

Quanto ao município de Zé Doca, o acusado foi alvo de prisão temporária decretada pelo desembargador Raimundo Nonato Magalhães Melo, executada em 5 de maio de 2015. As investigações tratavam de desvio de recursos públicos do município, tendo sido deferidas quebras de sigilo bancário e fiscal, bem como efetivados mandados de busca e apreensão. Também foram encontrados cheques da referida prefeitura em poder de Pacovan.

Justiça manda prender novamente agiota Pacovan

Em sessão da 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça, nesta segunda-feira, 22, foi deferido o pedido de reconsideração da decisão que concedeu liminar para libertar o acusado Josival Cavalcante da Silva, conhecido como Pacovan. Ele foi preso no início da tarde desta terça, 23, em operação da Polícia Civil.

Ajuizada pela procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, a reconsideração da liminar restabelece os efeitos da decisão do juízo de Bacabal que decretou a prisão preventiva de Pacovan até o julgamento definitivo do processo pela 3ª Câmara Criminal.

Josival Cavalcante da Silva e mais 16 pessoas foram denunciados pelo Ministério Público pela prática dos crimes de desvio de recursos públicos, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha. A prisão dele, em 18 de novembro de 2015, e de outros integrantes da organização foi determinada pela justiça da Comarca de Bacabal.

O acusado fora libertado após a concessão de um habeas corpus em seu favor pelo desembargador José de Ribamar Fróz Sobrinho, durante o plantão judicial do dia 31 de janeiro.

O relator do processo, desembargador José Bernardo Rodrigues, durante a sessão da 3ª Câmara, concordou com a manifestação do Ministério Público, que defendeu a revogação do habeas corpus, por considerar que a liminar concedida não se enquadrava entre os casos previstos cuja apreciação tivesse que ocorrer em plantão judicial.

Além disso, o desembargador declarou que foi "devidamente fundamentada a decisão que decretou a prisão preventiva (do acusado), além do que o mesmo demonstra comportamento incompatível com o tipo de benefício que pleiteia".

COMPORTAMENTO INCOMPATÍVEL

A tese do "comportamento incompatível" levantada pelo Ministério Público foi reforçada com a referência ao fato de que Pacovan, no dia 1º de fevereiro, um dia após ser beneficiado com o habeas corpus, foi abordado pela Polícia Militar, depois de ter ultrapassado em alta velocidade a barreira policial do bairro da Estiva, zona rural de São Luís.

Dentro do veículo estavam dois acompanhantes de Josival Cavalcante. Um deles - Thamerson Fontinele -, que portava uma pistola Taurus, foi preso por porte ilegal de arma. "O que se espera de alguém que esteja em liberdade provisória e sujeito à fiscalização das condições para manutenção do benefício era que, de pronto, recusasse a permanência do armamento no veículo", argumentou a procuradora-geral, Regina Rocha, no pedido de reconsideração.

FOLHA POLICIAL

Dono de extensa folha policial, além da prisão em 18 de novembro, em operação conjunta da Polícia Civil e do Ministério Público do Maranhão, por meio do Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (Gaeco), Pacovan já tinha outras passagens pela cadeia. Também foi denunciado por atividades criminosas junto a outras prefeituras maranhenses, como São Mateus e Zé Doca.

Em 19 de novembro, teve prisão preventiva decretada e executada, nos autos de uma ação penal contra ele. Na ocasião, foram encontrados dois cheques da Prefeitura de São Mateus em sua residência, no valor de R\$ 106

mil cada um. Seriam garantia de uma dívida contraída pelo tesoureiro da prefeitura, Washington José de Oliveira Costa, também denunciado na ação penal. Neste caso, Pacovan teve a prisão preventiva revogada no dia 12 de dezembro, também em plantão judicial.

Quanto ao município de Zé Doca o acusado foi alvo de prisão temporária decretada pelo desembargador Raimundo Nonato Magalhães Melo, executada em 5 de maio de 2015. As investigações tratavam de desvio de recursos públicos do município, tendo sido deferidas quebras de sigilo bancário e fiscal, bem como efetivados mandados de busca e apreensão. Também foram encontrados cheques da referida prefeitura em poder de Pacovan.

Após decisão do TJ-MA, Pacovan é levado para Penitenciária de Pedrinhas

Decisão do TJ deferiu pedido de reconsideração do Ministério Público do Maranhão, com isso, a liminar em habeas corpus a favor de Pacovan é revogada; prisão preventiva é restabelecida.

Em sessão da 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça, nesta segunda-feira, 22, foi deferido o pedido de reconsideração da decisão que concedeu liminar para libertar o acusado Josival Cavalcante da Silva, conhecido como Pacovan. Ele foi preso no início da tarde desta terça, 23, em operação da Polícia Civil.

Ajuizada pela procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, a reconsideração da liminar restabelece os efeitos da decisão do juízo de Bacabal que decretou a prisão preventiva de Pacovan até o julgamento definitivo do processo pela 3ª Câmara Criminal.

Josival Cavalcante da Silva e mais 16 pessoas foram denunciados pelo Ministério Público pela prática dos crimes de desvio de recursos públicos, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha. A prisão dele, em 18 de novembro de 2015, e de outros integrantes da organização foi determinada pela justiça da Comarca de Bacabal.

O acusado fora libertado após a concessão de um habeas corpus em seu favor pelo desembargador José de Ribamar Fróz Sobrinho, durante o plantão judicial do dia 31 de janeiro.

O relator do processo, desembargador José Bernardo Rodrigues, durante a sessão da 3ª Câmara, concordou com a manifestação do Ministério Público, que defendeu a revogação do habeas corpus, por considerar que a liminar concedida não se enquadrava entre os casos previstos cuja apreciação tivesse que ocorrer em plantão judicial.

Além disso, o desembargador declarou que foi "devidamente fundamentada a decisão que decretou a prisão preventiva (do acusado), além do que o mesmo demonstra comportamento incompatível com o tipo de benefício que pleiteia".

COMPORTAMENTO INCOMPATÍVEL - A tese do "comportamento incompatível" levantada pelo Ministério Público foi reforçada com a referência ao fato de que Pacovan, no dia 1º de fevereiro, um dia após ser beneficiado com o habeas corpus, foi abordado pela Polícia Militar, depois de ter ultrapassado em alta velocidade a barreira policial do bairro da Estiva, zona rural de São Luís.

Dentro do veículo estavam dois acompanhantes de Josival Cavalcante. Um deles - Thamerson Fontinele -, que portava uma pistola Taurus, foi preso por porte ilegal de arma. "O que se espera de alguém que esteja em liberdade provisória e sujeito à fiscalização das condições para manutenção do benefício era que, de pronto, recusasse a permanência do armamento no veículo", argumentou a procuradora-geral, Regina Rocha, no pedido de reconsideração.

FOLHA POLICIAL - Dono de extensa folha policial, além da prisão em 18 de novembro, em operação conjunta da Polícia Civil e do Ministério Público do Maranhão, por meio do Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (Gaeco), Pacovan já tinha outras passagens pela cadeia. Também foi denunciado por atividades criminosas junto a outras prefeituras maranhenses, como São Mateus e Zé Doca.

Em 19 de novembro, teve prisão preventiva decretada e executada, nos autos de uma ação penal contra ele. Na ocasião, foram encontrados dois cheques da Prefeitura de São Mateus em sua residência, no valor de R\$ 106 mil cada um. Seriam garantia de uma dívida contraída pelo tesoureiro da prefeitura, Washington José de

Oliveira Costa, também denunciado na ação penal. Neste caso, Pacovan teve a prisão preventiva revogada no dia 12 de dezembro, também em plantão judicial.

Quanto ao município de Zé Doca o acusado foi alvo de prisão temporária decretada pelo desembargador Raimundo Nonato Magalhães Melo, executada em 5 de maio de 2015. As investigações tratavam de desvio de recursos públicos do município, tendo sido deferidas quebras de sigilo bancário e fiscal, bem como efetivados mandados de busca e apreensão. Também foram encontrados cheques da referida prefeitura em poder de Pacovan.

Agiota Pacovan é preso novamente pela Polícia Civil depois de revogação de habeas corpus

Decisão do TJ deferiu pedido de reconsideração do Ministério Público do Maranhão restabelecendo a prisão preventiva. Pacovan foi preso na tarde desta terça-feira (23) Josival Cavalcante, o Pacovan Em sessão da 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça, nesta segunda-feira (22) foi deferido o pedido de reconsideração da decisão que concedeu liminar para libertar o acusado Josival Cavalcante da Silva, conhecido como Pacovan. Ele foi preso no início da tarde desta terça, 23, em operação da Polícia Civil.

Ajuizada pela procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, a reconsideração da liminar restabelece os efeitos da decisão do juízo de Bacabal que decretou a prisão preventiva de Pacovan até o julgamento definitivo do processo pela 3ª Câmara Criminal.

Josival Cavalcante da Silva e mais 16 pessoas foram denunciados pelo Ministério Público pela prática dos crimes de desvio de recursos públicos, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha. A prisão dele, em 18 de novembro de 2015, e de outros integrantes da organização foi determinada pela justiça da Comarca de Bacabal.

O acusado foi libertado após a concessão de um habeas corpus em seu favor pelo desembargador José de Ribamar Fróz Sobrinho, durante o plantão judicial do dia 31 de janeiro.

O relator do processo, desembargador José Bernardo Rodrigues, durante a sessão da 3ª Câmara, concordou com a manifestação do Ministério Público, que defendeu a revogação do habeas corpus, por considerar que a liminar concedida não se enquadrava entre os casos previstos cuja apreciação tivesse que ocorrer em plantão judicial.

Além disso, o desembargador declarou que foi "devidamente fundamentada a decisão que decretou a prisão preventiva (do acusado), além do que o mesmo demonstra comportamento incompatível com o tipo de benefício que pleiteia".

COMPORTAMENTO INCOMPATÍVEL

A tese do "comportamento incompatível" levantada pelo Ministério Público foi reforçada com a referência ao fato de que Pacovan, no dia 1º de fevereiro, um dia após ser beneficiado com o habeas corpus, foi abordado pela Polícia Militar, depois de ter ultrapassado em alta velocidade a barreira policial do bairro da Estiva, zona rural de São Luís.

Dentro do veículo estavam dois acompanhantes de Josival Cavalcante. Um deles - Thamerson Fontinele -, que portava uma pistola Taurus, foi preso por porte ilegal de arma. "O que se espera de alguém que esteja em liberdade provisória e sujeito à fiscalização das condições para manutenção do benefício era que, de pronto, recusasse a permanência do armamento no veículo", argumentou a procuradora-geral, Regina Rocha, no pedido de reconsideração.

Dono de extensa folha policial, além da prisão em 18 de novembro, em operação conjunta da Polícia Civil e do Ministério Público do Maranhão, por meio do Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (Gaeco), Pacovan já tinha outras passagens pela cadeia. Também foi denunciado por atividades criminosas junto a outras prefeituras maranhenses, como São Mateus e Zé Doca.

Em 19 de novembro, teve prisão preventiva decretada e executada, nos autos de uma ação penal contra ele. Na ocasião, foram encontrados dois cheques da Prefeitura de São Mateus em sua residência, no valor de R\$ 106 mil cada um. Seriam garantia de uma dívida contraída pelo tesoureiro da prefeitura, Washington José de Oliveira Costa, também denunciado na ação penal. Neste caso, Pacovan teve a prisão preventiva revogada no dia 12 de dezembro, também em plantão judicial.

Quanto ao município de Zé Doca o acusado foi alvo de prisão temporária decretada pelo desembargador Raimundo Nonato Magalhães Melo, executada em 5 de maio de 2015. As investigações tratavam de desvio de recursos públicos do município, tendo sido deferidas quebras de sigilo bancário e fiscal, bem como efetivados mandados de busca e apreensão. Também foram encontrados cheques da referida prefeitura em poder de Pacovan.

Assaltantes levam R\$ 8 mil de cartório localizado na Cohama

Depois de renderem os vigilantes, os assaltantes fizeram um verdadeiro raspa no Cartório do Sétimo Tabelionato de Notas. Nem os clientes escaparam. Fachada do prédio onde funciona o Cartório do Sétimo Tabelionato de Notas, na Cohama O Cartório do Sétimo Tabelionato de Notas, localizado na Av. Daniel de La Touche, foi assaltado por três homens nesta terça-feira (23), às 8h. Os assaltantes estavam em um veículo Ford Ka, decor preta, e conseguiram levar R\$ 8.000,00.

Pelas informações passadas ao blog, os assaltantes levaram também pertences de funcionários e clientes que havia acabado de chegar ao Cartório. Todo o sistema de informática foi danificado, pois os assaltantes temiam que toda a ação tivesse sido filmada por câmeras de monitoramento interno.

Ao chegarem ao cartório, os elementos renderam os vigilantes da empresa Servis Segurança e tomaram dois revólveres e dois coletes balísticos.

O caso foi registrado no 4º DP, no Vinhais.

Fufuca garante empenho da Bancada Federal para conclusão da BR-135

O novo coordenador da Bancada Federal do Maranhão, o deputado André Fufuca, assegurou que não faltará empenho dos parlamentares em Brasília para a conclusão da duplicação da BR-135.

A obra, mais uma que parece interminável do Governo Federal, já se arrasta a anos e ainda sem uma previsão verdadeira de quando será concluída. O coordenador diz que o Brasil vive um momento de recessão, mas que esta duplicação é uma prioridade.

"Estamos num país que vive em recessão. Um país que vive em recessão tem dificuldade para manter e fazer a manutenção de suas contas, e a estrada - no caso a BR-135 - também sofre com essa recessão e vem tendo problemas na sua evolução no avançar das obras. Porém, nós tivemos conhecimento, inclusive a bancada, que o DNIT já disponibilizou recursos para a conclusão da BR-135. Cabe a nós, à frente da bancada, maranhense lutar por isso e vamos conseguir", afirmou.

TJ - André Fufuca aproveitou o início da semana para fazer uma visita de cortesia ao Tribunal de Justiça do Maranhão, onde conversou com o presidente do órgão, Cleones Cunha.

Já no início da reunião, o deputado federal André Fufuca colocou-se à disposição do Judiciário e mostrou-se simpático a discutir os problemas enfrentados, que podem receber apoio da bancada do Maranhão.

"Estamos à disposição, em Brasília, para atendê-los e trabalharmos pelo que for necessário em prol do nosso Estado", disse o parlamentar.

Indagado sobre as questões que poderiam ser trabalhadas com a bancada, o presidente da Corte apresentou duas preocupações: a obra do novo fórum de Imperatriz, que precisa ser terminada para atender às demandas da região; e a implantação efetiva e completa do Processo Judicial Eletrônico (PJE), no Judiciário maranhense.

Com o objetivo de sensibilizar e demonstrar os problemas enfrentados pelo Judiciário, o deputado André Fufuca comprometeu-se a marcar uma reunião do desembargador Cleones Cunha com a Bancada Federal, para que seja feita uma exposição dos projetos, além das possibilidades que os deputados e senadores poderiam auxiliar, por exemplo, com a destinação de uma emenda de bancada.

Durante reunião, deputado Zé Inácio defende alteração do Fundo de Compensação do Registro Civil do Maranhão

Na manhã da última terça-feira (16), o deputado estadual Zé Inácio (PT), participou da primeira reunião com a comissão do Conselho Deliberativo para alteração da Lei do Fundo de Registro Civil do Maranhão (FERC). A comissão é composta pelo deputado, pelo presidente da Associação dos Titulares de Cartório, Thiago Aires Estrela; pela presidente da Associação dos Notários e Registradores do Maranhão, Mirella Brito Rosa e pela Registradora Civil da 2ª Zona de Registro Civil da capital, Rosseline Rodrigues. Também participaram da audiência o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Cleones Cunha, e a diretora do Tribunal de Justiça do Maranhão, Isabella de Amorim. A comissão foi formada durante uma audiência pública presidida pelo deputado Zé Inácio, em novembro do ano passado, que discutiu sobre o Projeto de Lei Complementar nº006/2015, de sua autoria, que altera a Lei Complementar nº130/2009, que criou o Fundo de Compensação do Registro Civil do Maranhão. Como encaminhamento, ficou definida uma reunião com a Comissão criada objetivando o diálogo com o Tribunal de Justiça sobre o tema. Para o deputado Zé Inácio, a alteração da Lei do FERC visa primordialmente garantir a melhor prestação de serviços do Registro Civil para os maranhenses. "É de fundamental importância que o Maranhão viva a realidade de outros estados da Federação que já convivem com o Registro Civil Eletrônico. Nesses estados, a reforma da Lei dos Fundos de Registros Cíveis gerou uma melhor prestação de serviços e diminuiu, em muito, os índices de sub-registros. Esta Reforma significa melhor exercício da cidadania e é esta realidade que queremos trazer para o Maranhão, pois quem mais se beneficiará com a melhor prestação de serviços de Registro Civil, é a população de baixa renda, que contará com um serviço mais ágil, de melhor qualidade e mais seguro", analisou o parlamentar. Ao final da reunião, a Comissão agendou uma audiência, a ser realizada em até dois meses, que trará os resultados dos estudos que cada membro ficou responsável por fazer, a fim de darem segmento à alteração da Lei do FERC e às mudanças da realidade do Registro Civil maranhense.

Presidente do TJMA recebe o líder da bancada maranhense no Congresso Nacional

O deputado federal André Fufuca (PEN-MA) colocou-se à disposição do Judiciário, durante visita de cortesia ao presidente da Corte.

No fim da manhã desta segunda-feira (22), o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Cunha, recebeu a visita do deputado federal André Fufuca (PEN-MA), escolhido na última semana, como líder da bancada maranhense no Congresso Nacional. Também participou do encontro o desembargador Antônio Bayma Araújo.

Já no início da reunião, o deputado federal André Fufuca colocou-se à disposição do Judiciário e mostrou-se simpático a discutir os problemas enfrentados, que podem receber apoio da bancada do Maranhão. "Estamos à disposição, em Brasília, para atendê-los e trabalharmos pelo que for necessário em prol do nosso Estado", disse o parlamentar.

Indagado sobre as questões que poderiam ser trabalhadas com a bancada, o presidente da Corte apresentou duas preocupações: a obra do novo fórum de Imperatriz, que precisa ser terminada para atender às demandas da região; e a implantação efetiva e completa do Processo Judicial Eletrônico (PJE), no Judiciário maranhense.

"São duas questões que me preocupam porque são projetos que demandam recursos e estamos numa situação orçamentária delicada. O fórum de Imperatriz é uma obra que demanda investimentos e que é mais dispendiosa se parar; e a implantação do PJE é uma necessidade e uma forma de otimizar os recursos do Judiciário, mas que nesta fase de implantação, também torna-se mais custosa", explicou o presidente do TJMA.

Com o objetivo de sensibilizar e demonstrar os problemas enfrentados pelo Judiciário, o deputado André Fufuca comprometeu-se a marcar uma reunião do desembargador Cleones Cunha com a bancada maranhense, no Congresso, para que seja feita uma exposição dos projetos, além das possibilidades que os deputados e senadores poderiam auxiliar, por exemplo, com a destinação de uma emenda de bancada.

"Fique certo de que irei fazer essa exposição, na data oportuna. Marque, que eu vou. No mais, também estamos à disposição para ouvi-lo e recebê-lo quando for preciso", completou o presidente da Corte maranhense.

Comunidade da Vila Luizão é beneficiada por títulos fundiários

Entrega dos primeiros 95 títulos de regularização fundiária na Vila Luizão|Cartório recebe Prêmio Diamante|

Cartório recebe Prêmio Diamante|

Embasado em legislação federal e também no Provimento nº 25/2015, da Corregedoria Geral de Justiça, o Cartório da 1ª Zona de Registro de Imóveis de São Luís, representado pelo seu Oficial Interino, Ricardo da Silva Gonçalves, emitiu na última sexta-feira (19) a entrega dos primeiros 95 títulos de regularização fundiária de interesse social promovida na Vila Luizão, em São Luís. A expectativa é de que mais de 400 famílias sejam beneficiadas ao final, saindo da informalidade.

A regularização objetiva garantir às populações carentes o acesso à moradia plena, aquela capaz de garantir ao cidadão o seu acesso aos direitos fundamentais, à dignidade, aos serviços e equipamentos públicos. Através dela, a população carente passa a ter direitos legalmente garantidos e, o mais importante, documentados, saindo da condição de simples pessoas que detém a posse, muitas vezes confundidos com invasores, para a condição de senhores de direitos, juridicamente defensáveis. Com isso, os direitos e garantias fundamentais saem do aspecto de previsões constitucionais para alcançarem o status de segurança efetivamente experimentada pela sociedade.

A gratuidade é garantida para as regularizações de áreas de até 250m², com edificações inferiores a 70m², de posse de famílias que não tenham imóvel próprio e renda familiar de até 05 salários mínimos.

Além da continuidade da regularização na Vila Luizão, no âmbito da 1ª Zona de Registro de Imóveis ainda estão em andamento as regularizações fundiárias de interesse social dos bairros Divineia e Sol e Mar.

Vale ressaltar que a 1ª Zona de Registro de Imóveis de São Luís foi premiada no ano passado recebendo em Santa Catarina, o Prêmio de Qualidade Total ANOREG-BR/ 2015 na modalidade máxima, a Diamante.

A condecoração é concedida pela Associação dos Notários e Registradores do Brasil e tem por objetivo premiar os serviços Notariais e de Registro de todo o país que atendam aos requisitos de excelência e qualidade na gestão organizacional da serventia e na prestação de serviços aos usuários.

Maior agiota do MA é preso novamente

Em sessão da 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça, nesta segunda-feira, 22, foi deferido o pedido de reconsideração da decisão que concedeu liminar para libertar o acusado Josival Cavalcante da Silva, conhecido como Pacovan. Ele foi preso no início da tarde desta terça, 23, em operação da Polícia Civil.

Ajuizada pela procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, a reconsideração da liminar restabelece os efeitos da decisão do juízo de Bacabal que decretou a prisão preventiva de Pacovan até o julgamento definitivo do processo pela 3ª Câmara Criminal.

Josival Cavalcante da Silva e mais 16 pessoas foram denunciados pelo Ministério Público pela prática dos crimes de desvio de recursos públicos, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha. A prisão dele, em 18 de novembro de 2015, e de outros integrantes da organização foi determinada pela justiça da Comarca de Bacabal.

O acusado fora libertado após a concessão de um habeas corpus em seu favor pelo desembargador José de Ribamar Fróz Sobrinho, durante o plantão judicial do dia 31 de janeiro.

O relator do processo, desembargador José Bernardo Rodrigues, durante a sessão da 3ª Câmara, concordou com a manifestação do Ministério Público, que defendeu a revogação do habeas corpus, por considerar que a liminar concedida não se enquadrava entre os casos previstos cuja apreciação tivesse que ocorrer em plantão judicial.

Além disso, o desembargador declarou que foi "devidamente fundamentada a decisão que decretou a prisão preventiva (do acusado), além do que o mesmo demonstra comportamento incompatível com o tipo de benefício que pleiteia".

COMPORTAMENTO INCOMPATÍVEL

A tese do "comportamento incompatível" levantada pelo Ministério Público foi reforçada com a referência ao fato de que Pacovan, no dia 1º de fevereiro, um dia após ser beneficiado com o habeas corpus, foi abordado pela Polícia Militar, depois de ter ultrapassado em alta velocidade a barreira policial do bairro da Estiva, zona rural de São Luís.

Dentro do veículo estavam dois acompanhantes de Josival Cavalcante. Um deles - Thamerson Fontinele -, que portava uma pistola Taurus, foi preso por porte ilegal de arma. "O que se espera de alguém que esteja em liberdade provisória e sujeito à fiscalização das condições para manutenção do benefício era que, de pronto, recusasse a permanência do armamento no veículo", argumentou a procuradora-geral, Regina Rocha, no pedido de reconsideração.

FOLHA POLICIAL

Dono de extensa folha policial, além da prisão em 18 de novembro, em operação conjunta da Polícia Civil e do Ministério Público do Maranhão, por meio do Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (Gaeco), Pacovan já tinha outras passagens pela cadeia. Também foi denunciado por atividades criminosas junto a outras prefeituras maranhenses, como São Mateus e Zé Doca.

Em 19 de novembro, teve prisão preventiva decretada e executada, nos autos de uma ação penal contra ele. Na ocasião, foram encontrados dois cheques da Prefeitura de São Mateus em sua residência, no valor de R\$ 106

mil cada um. Seriam garantia de uma dívida contraída pelo tesoureiro da prefeitura, Washington José de Oliveira Costa, também denunciado na ação penal. Neste caso, Pacovan teve a prisão preventiva revogada no dia 12 de dezembro, também em plantão judicial.

Quanto ao município de Zé Doca o acusado foi alvo de prisão temporária decretada pelo desembargador Raimundo Nonato Magalhães Melo, executada em 5 de maio de 2015. As investigações tratavam de desvio de recursos públicos do município, tendo sido deferidas quebras de sigilo bancário e fiscal, bem como efetivados mandados de busca e apreensão. Também foram encontrados cheques da referida prefeitura em poder de Pacovan.

Comunidade da Vila Luizão é beneficiada por títulos fundiários

Cartório recebe Prêmio Diamante|Entrega dos primeiros 95 títulos de regularização fundiária na Vila Luizão 1|

Entrega dos primeiros 95 títulos de regularização fundiária na Vila Luizão 1|

Embasado em legislação federal e também no Provimento nº 25/2015, da Corregedoria Geral de Justiça, o Cartório da 1ª Zona de Registro de Imóveis de São Luís, representado pelo seu Oficial Interino, Ricardo da Silva Gonçalves, emitiu na última sexta-feira (19) a entrega dos primeiros 95 títulos de regularização fundiária de interesse social promovida na Vila Luizão, em São Luís. A expectativa é de que mais de 400 famílias sejam beneficiadas ao final, saindo da informalidade.

A regularização objetiva garantir às populações carentes o acesso à moradia plena, aquela capaz de garantir ao cidadão o seu acesso aos direitos fundamentais, à dignidade, aos serviços e equipamentos públicos. Através dela, a população carente passa a ter direitos legalmente garantidos e, o mais importante, documentados, saindo da condição de simples pessoas que detém a posse, muitas vezes confundidos com invasores, para a condição de senhores de direitos, juridicamente defensáveis.

Com isso, os direitos e garantias fundamentais saem do aspecto de previsões constitucionais para alcançarem o status de segurança efetivamente experimentada pela sociedade.

A gratuidade é garantida para as regularizações de áreas de até 250m², com edificações inferiores a 70m², de posse de famílias que não tenham imóvel próprio e renda familiar de até 05 salários mínimos.

Além da continuidade da regularização na Vila Luizão, no âmbito da 1ª Zona de Registro de Imóveis ainda estão em andamento as regularizações fundiárias de interesse social dos bairros Divineia e Sol e Mar.

Vale ressaltar que a 1ª Zona de Registro de Imóveis de São Luís foi premiada no ano passado recebendo em Santa Catarina, o Prêmio de Qualidade Total ANOREG-BR/ 2015 na modalidade máxima, a Diamante.

A condecoração é concedida pela Associação dos Notários e Registradores do Brasil e tem por objetivo premiar os serviços Notariais e de Registro de todo o país que atendam aos requisitos de excelência e qualidade na gestão organizacional da serventia e na prestação de serviços aos usuários.

Dono de Cartório tenta articular diálogo com corregedora do TJMA

Com problemas na Justiça para se manter no comando de um dos maiores e mais lucrativos Cartórios do Maranhão, Ricardo Gonçalves, dono do 1º Cartório de Imóveis de São Luís, levantou de sua cadeira e foi em busca de ajuda para tentar reverter sua situação no Tribunal.

Ricardo articula por meio de gente poderosa e influente uma reunião com uma pessoa da intimidade da corregedora do TJ-MA, a desembargadora Anildes Cruz.

A situação desfavorável levou o dono do 1º Cartório a agilizar várias demandas, como a entrega dos primeiros títulos de regularização fundiária na Vila Luizão realizado na última sexta-feira(19). Até um título de qualidade passou a ser noticiado pela imprensa.

O presidente do TJMA, desembargador Cleones Cunha tem demonstrado interesse em realizar concurso público, o que pode resultar na saída de Ricardo Gonçalves do comando do Cartório.

Nos corredores do TJMA, comenta-se que um advogado de confiança foi escalado para tratar diretamente com a desembargadora Anildes Cruz a permanência de Ricardo Gonçalves.

VÍDEO: justiça abre inscrições para o primeiro Casamento Comunitário do ano

IMPERATRIZ - Estão abertas as inscrições para o primeiro Casamento Comunitário do ano de 2016 que será realizado no dia 7 de abril, na Escola Tiradentes, no Parque do Buriti, em Imperatriz.

As inscrições poderão ser feitas, gratuitamente, no Fórum de Justiça ministro Henrique de La Rocque Almeida das 8h às 17h.

Poderão se inscrever no casamento, promovido pela 2ª Vara da Família, pessoas maiores de 18 anos que comprovem não poder pagar R\$ 250 pela solenidade do enlace matrimonial.

No ato da inscrição, será necessária a apresentação de documentos como a Certidão de Nascimento original, para solteiros e para os divorciados a certidão averbada do divórcio original enquanto os viúvos deverão apresentar a Certidão de Óbito do outro conjugue, original.

Em vídeo, o juiz Adolfo Pires da Fonseca Neto, titular da 2ª Vara da Família e coordenador do Casamento Comunitário, dá mais detalhes sobre o evento:

Justiça manda bloquear contas do publicitário João Santana e sua esposa

BRASÍLIA - O juiz federal Sérgio Moro determinou, nesta segunda-feira (22), o sequestro de um apartamento registrado em nome do publicitário João Santana e de sua mulher, Mônica Moura, localizado em São Paulo. A decisão foi motivada pela suspeita de investigadores da Operação Lava Jato de que o apartamento foi pago com dinheiro procedente de uma conta secreta na Suíça.

Em outra medida cautelar contra os investigados na nova fase da Lava Jato, Moro decretou o bloqueio das contas pessoais de João Santana, de sua esposa, do engenheiro Zwi Skornicki, representante do Estaleiro Keppel Fels no Brasil, e do funcionário da empreiteira Odebrecht Fernando Migliaccio.

A construtora Odebrecht confirmou, por meio de nota, que agentes da Polícia Federal realizaram ações nos escritórios da companhia em São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, visando ao cumprimento de mandados de busca e apreensão. Informou ainda que “está à disposição das autoridades para colaborar com a operação em andamento”.

A defesa do publicitário João Santana e de Mônica Moura informou ao juiz federal Sérgio Moro que eles vão se entregar à Polícia Federal assim que desembarcarem no Brasil.

Bandidos assaltam cartório no bairro da Cohama

SÃO LUÍS - Um cartório foi invadido por assaltantes na manhã desta terça-feira (23), no bairro da Cohama. A informação foi confirmada pelo Centro Integrado de Operações de Segurança (Ciops).

Uma equipe da Polícia Militar do Maranhão (PM-MA) foi deslocada até a área para averiguar a situação.

Lançado I Feirão Imobiliário da Região Tocantina

IMPERATRIZ - O Sindicato das Indústrias de Construção Civil do Maranhão (Sinduscon do Oeste), em parceria com Sinduscon/MA, o Governo do Estado, a FIEMA e a Prefeitura de Imperatriz realizaram na manhã desta segunda, dia 22, no auditório da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (FIEMA), em Imperatriz, o lançamento do I Feirão Imobiliário da Região Tocantina. Na oportunidade, estiveram presentes, o prefeito de Imperatriz, Sebastião Madeira, o secretário de Estado da Indústria e Comércio, Simplício Araújo, o vice-presidente da FIEMA, Sales Alencar, o presidente do Sinduscon MA, Fábio Nahuz e do presidente do Sinduscon do Oeste, João Neto Franco. "É um momento importante para fomentar a cadeia produtiva do Estado. Na verdade essa ação é de suma importância para todos que fazem parte da construção civil, por se tratar de um marco com essa união de forças para alavancar a economia e o setor na cidade. Entendemos que o momento pelo qual passamos se não houver um conjunto de forças não tem como avançarmos", destacou o presidente do Sindicato das Indústrias de Construção Civil (Sinduscon do Oeste), João Neto Franco.

Durante a ação, foram comentadas as vantagens do Feirão bem como os objetivos. O I Feirão Imobiliário da Região Tocantina será realizado nos dias 07,08 e 09 de abril na praça de eventos do Imperial Shopping e reunirá construtoras, imobiliárias e corretores. Serão montados, cerca de 40 estandes onde as empresas participantes estarão apresentando seus lançamentos, com opções de edificações na planta e em construção, terrenos e casas em condomínios ou loteamentos, em diversas regiões do município.

Segundo o prefeito de Imperatriz, Sebastião Madeira, essa união de forças trará benefícios para a cidade, à classe empresarial e também para quem deseja adquirir seu imóvel. "Entendemos que o momento pelo qual temos passado requer soluções e saídas para movimentar a economia, gerar emprego e renda. A saída para as crises sejam elas quais forem, são ações, e esse é um importante passo em busca de oportunidade para adquirir a casa própria, bem como gerar oportunidades para o setor da construção civil que muito contribui com a economia de Imperatriz, portanto parabênzo a todos os envolvidos pela iniciativa".

Um dos diferenciais do feirão é a parceria estabelecida com Governo do Estado, Prefeitura de Imperatriz, Tribunal de Justiça, Cartórios e Agentes Financiadores com o objetivo de proporcionar descontos nos valores dos imóveis negociados nos três dias do evento. Ao todo, devem ser ofertados cerca de 20 mil imóveis, localizados em Imperatriz.

O secretário de Estado de Indústria e Comércio, Simplício Araújo, garante que o governo do Estado dará todo o apoio necessário para realização do Feirão Imobiliário. "Desde que fomos provocados, tivemos apoio do governador para mobilizar nossas secretarias e darmos total apoio para essa iniciativa. Esse ano não sinaliza positividade para o setor da construção civil e o governador entende que precisamos estar juntos e apoiar essas iniciativas. O Sinduscon fez algo importante ao tirar da palavra crise o s, gerando a palavra crie, e é com esse otimismo que eu não tenho dúvidas que todos os envolvidos serão beneficiados. É uma oportunidade de adquirir imóveis de forma diferenciada e com inúmeras vantagens de mercado".

O Feirão Imobiliário da Região Tocantina é um projeto de muito sucesso em São Luís e que agora será realizado em Imperatriz. "A partir de agora, teremos outras reuniões mais técnicas para falar da estrutura da feira e distribuir o manual técnico da mesma. A exemplo de São Luís, acreditamos que aqui também teremos números expressivos, pois na capital durante dois dias de feira, fizemos cerca de 4123 negócios e movimentos cerca de 500 milhões de reais. E aqui esperamos ter um número aproximado desse", finalizou o presidente do Sinduscon Maranhão, Fábio Nahuz.

Durante o feirão, as construtoras oferecerão desconto de 5 a 20 % dependendo do valor do imóvel negociado. Além disso, os compradores poderão contar com a isenção do ITBI (Imposto sobre a Transição de Bens e Imóveis), e de opções de financiamento por meio de bancos participantes, entre eles, Banco do Brasil, Caixa Econômica e Bradesco. A expectativa é que durante o período sejam movimentados cerca de meio milhão de reais.

Cleones Cunha recebe líder da bancada maranhense no Congresso Nacional

No fim da manhã de ontem, o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Cunha, recebeu a visita do deputado federal André Fufuca (PEN-MA), escolhido na última semana como líder da bancada maranhense no Congresso Nacional. Também participou do encontro o desembargador Antônio Bayma Araújo. Já no início da reunião, o deputado federal André Fufuca colocou-se à disposição do Judiciário e mostrou-se simpático a discutir os problemas enfrentados, que podem receber apoio da bancada do Maranhão. "Estamos à disposição, em Brasília, para atendê-los e trabalharmos pelo que for necessário em prol do nosso estado", disse o parlamentar.

Indagado sobre as questões que poderiam ser trabalhadas com a bancada, o presidente da Corte apresentou duas preocupações: a obra do novo fórum de Imperatriz, que precisa ser terminada para atender às demandas da região; e a implantação efetiva e completa do Processo Judicial Eletrônico (PJE), no Judiciário maranhense. Preocupação

"São duas questões que me preocupam porque são projetos que demandam recursos e estamos numa situação orçamentária delicada. O fórum de Imperatriz é uma obra que demanda investimentos e que é mais dispendiosa se parar; e a implantação do PJE é uma necessidade e uma forma de otimizar os recursos do Judiciário, mas que nesta fase de implantação, também torna-se mais custosa", explicou o presidente do TJMA. Com o objetivo de sensibilizar e demonstrar os problemas enfrentados pelo Judiciário, o deputado André Fufuca comprometeu-se a marcar uma reunião do desembargador Cleones Cunha com a bancada maranhense, no Congresso, para que seja feita uma exposição dos projetos, além das possibilidades que os deputados e senadores poderiam auxiliar, por exemplo, com a destinação de uma emenda de bancada. "Fique certo de que irei fazer essa exposição, na data oportuna. Marque, que eu vou. No mais, também estamos à disposição para ouvi-lo e recebê-lo quando for preciso", completou o presidente da Corte maranhense.